

# OBRASILE A GLOBALIZAÇÃO

WILLIAM JORGE BANDEIRA\*

A globalização é um conceito que se afirma a partir dos anos 80, embora como processo, pode-se aceitar que data desde os tempos expansionistas, quando nações procuravam colocar sob seus domínios outras nações com o intuito de conquistas territoriais e/ou imperialistas, definidos em períodos diferentes na história.

Portanto, a globalização como processo implica em paulatino avanço das relações econômicas (principalmente) no sentido de se tornarem relações globais, em que Estados Nacionais perdem poder (parcial ou total) de influência, embora não se possa descartar relações desiguais entre nações e/ou entre agentes econômicos, em que os mais bem preparados (mais eficientes) podem obter ganhos adicionais e/ou conquistar maior fatia dos benefícios.

Quais os fatos (articulados) surgidos especialmente nos anos 80, que afirmaram o fenômeno da globalização? Os principais são os seguintes:

a) Forte aceleração das mudanças tecnológicas, constituindo-se em uma verdadeira revolução nos campos da telemática e da informática, as quais permitiram revoluções na organização da produção e nos processos de gestão empresarial<sup>1</sup>;

b) Aumento acelerado do comércio intra-firma e intra-indústria, além dos novos procedimentos de aproximação entre produtores/fornecedores e produtores/cliente, sobretudo no âmbito das empresas multinacionais. Deste modo, os grandes grupos oligopolistas tornam-se agentes ativos nos processos de integração comercial a níveis regional e global. Com isso, em cada indústria somente uns poucos grupos oligopolistas se habilitam a competir globalmente, obrigando os demais a buscarem alianças estratégicas (com parceiros habilitados em uma área fundamental) ou são obrigados a capitular por falta de escala ou por não deterem o domínio de tecnologias de ponta e/ou fontes seguras e baratas de financiamento para expansão;

c) Forte aceleração dos processos de concentração e centralização de capitais através de fusões e aquisições. Tal movimento determinou a consolidação de conglomerados, cujas características básicas são possuírem simultaneamente poder financeiro e dominação de tecnologias de ponta que lhes asseguram competitividade e poder de mercado em setores diversos, os quais estabelecem estratégias de atuação a nível global;

d) Erosão da hegemonia americana pela difusão desigual do progresso técnico, permitindo o advento do policentrismo econômico tripolar, o que possibilitou a formação de três áreas econômicas igualmente fortes com grandes bancos e empresas multinacionais competindo globalmente. Provocando, inclusive, a perda da hegemonia absoluta do dólar e potencializando a instabilidade econômica, sobretudo pelo crescimento do duplo déficit dos Estados Unidos (comercial e

fiscal) e das dívidas das economias emergentes, permitindo o grande avanço das transações financeiras através de derivativos de toda espécie, visando, sobretudo, a formação de hedge.

Tais fatos apontam para uma crescente perda de poder de influência das políticas econômicas a nível dos Estados Nacionais e, principalmente, definem um novo padrão de desenvolvimento que requer, dentre outros requisitos, forte integração internacional com vantagens competitivas dinâmicas, domínio das novas tecnologias, mão-de-obra altamente qualificada e existência de grupos econômicos empresariais dotados de escala suficiente para competir globalmente.

O Brasil apresenta-se, neste novo contexto, com forte fragilidade competitiva, em função das seguintes condições:

a) Grande necessidade de reestruturação produtiva e gerencial, principalmente para os grupos empresariais expostos a competição internacional. Estas reestruturações vêm acontecendo com certa velocidade, sobretudo no campo das mudanças administrativas, onde estão sendo implantados sistemas gerenciais de origem japonesa, tais como: just-in-time, gestão de qualidade, reengenharia, terceirização, dentre outras. Esses procedimentos têm determinado enxugamentos nas grandes empresas nacionais, tendo como consequência a dispensa em massa de trabalhadores, contribuindo para agravar o problema do desemprego.

b) A necessidade de maior abertura da economia para o exterior provocou um forte deslocamento para cima do coeficiente de importações, sem que houvesse aumento correspondente do coeficiente de exportação. Isso teve como consequência o advento de déficits recorrentes (de caráter estrutural) na balança comercial, gerando dificuldades maiores no balanço das contas correntes, obrigando ao governo estabelecer restrições quanto ao crescimento da demanda global, sobretudo através da manutenção da taxa de juros em níveis bem elevados para atrair capitais estrangeiros.

c) Grandes resistências no seio de alguns segmentos (politicamente fortes) da sociedade quanto à realização das mudanças necessárias, principalmente no que diz respeito à reforma do Estado brasileiro. Tal reforma é absolutamente necessária e urgente, visando desmontar a estrutura estatal (patrimonial, fiscal, gerencial) preexistente de um modelo de desenvolvimento esgotado, a qual perdeu todas as suas virtualidades de crescimento, persistindo apenas como um fardo para a sociedade e/ou para manter antigos privilégios à custa do dinheiro público. Algumas das reformas cruciais enviadas pelo governo ao congresso estão patinando e/ou desfiguradas pelo jogo de interesses prevalentes, além de outras, no âmbito dos vários níveis de governo, que estão sendo conduzidas com bastante timidez (privatizações, ensino, saúde, gerencial, ética, etc.)

d) A qualidade da mão-de-obra nacional

é educacionalmente muito baixa para as exigências dos novos processos produtivos e gerenciais, os quais vêm mudando de forma radical as relações de trabalho, exigindo, por parte do empregado (inclusive o pessoal de chão-de-fábrica), o conhecimento do todo processo de trabalho, capacidade de trabalhar em equipe, valorização da capacidade criativa e de resolução de problemas, além de habilidades mínimas em lidar com a tecnologia da informação. Soma-se a isso, a falta de domínio, no Brasil, das novas tecnologias de ponta, sobre as quais o país está apenas engatinhando em termos de conhecimento;

e) Do lado dos fatores sistêmicos (externalidades) o governo brasileiro vem avançando em várias frentes, sobretudo no que diz respeito às condições macroeconômicas, regulamentações visando incentivar a competição e as reestruturações tecnológicas e no campo da política tarifária, mas deixa muito a desejar no que concerne a infra-estrutura (custo Brasil) que, por falta de recursos para investir, persistem carências perigosas nas áreas do sistemas de transporte, energia, telecomunicações e estrutura portuária. Tais carências prejudicam fortemente as empresas brasileiras quanto a competitividade externa, sem falar no sistema tributário inadequado às novas condições do comércio internacional;

f) A configuração industrial brasileira ainda é bastante frágil para o novo contexto da globalização. Esta exige escala para competir globalmente e economia de escopo para atender às exigências variadas dos consumidores. Os grupos empresariais brasileiros ainda são excessivamente familiares e poucos integrados a bancos e aos setores industriais de ponta. Logo, o processo de conglomeração e/ou de formações de grupos empresariais com escala e requisitos financeiros e tecnológicos suficientes e capazes de formular estratégias globais eficientes ainda é apenas uma possibilidade remota (ou talvez o ovo da serpente esteja apenas nascendo).

Em suma, a globalização é uma realidade que se impõe inexoravelmente. Cabe a cada nação se preparar de forma adequada para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças e armadilhas que se apresentam.

Para ampliação dessa discussão, veja, principalmente, Luciano G. Coutinho. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: *O Brasil e a economia global*. RJ. Ed. Campus. 1996. P. 220. Ferraz, João Carlos e et. ali. *Made In Brazil: Desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 1995. Coutinho, Luciano & Ferraz, João Carlos. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas. SP. Ed. Papirus. 1994.

WILLIAM JORGE BANDEIRA é Doutor em Economia pela USP e professor do Curso de Economia da UFPI.